

CORREIO POLÍTICO

Paulo H. Carvalho/Agência Brasília



Foi Ibaneis quem construiu aliança com Celina

A Master crise do MDB do Distrito Federal

Não foi uma iniciativa do presidente do MDB, deputado Baleia Rossi (SP), determinar uma intervenção no diretório do Distrito Federal. O pedido foi feito pelo grupo integrado pelo deputado federal Rafael Prudente. A partir do pedido, ficam suspensas decisões do presidente do partido no DF, o deputado distrital Wellington Luiz, até que a Executiva Nacional resolva o que fazer numa reunião que fará na quinta-feira (11). Baleia criou ainda uma comissão, presidida pelo deputado Isnaldo Bulhões (AL) para avaliar a situação. Para uma experiente liderança emedebista ouvida pelo Correio Político, uma tremenda confusão, “motivada por meros interesses particulares”, que deveria ter sido evitada.

Foi Ibaneis quem criou Celina

Esse emedebista lembra que foi o próprio ex-governador Ibaneis Rocha quem construiu a aliança que levou Celina Leão a ser sua vice-governadora. No primeiro governo Ibaneis, seu vice-governadora era Paco Britto, hoje no Avante. “Muda agora o comando do governo e aí a saída é querer mudar tudo a quatro meses da eleição? Não vai dar certo”, vaticina. “Conflitos fazem parte da política, e eles se resolvem conversando”.

Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados



Rafael Prudente tem tempo de construir candidatura?

“O partido não pode perder votos”

Ao contrário de partidos com comando central forte – caso, por exemplo do PSD com Gilberto Kassab – no MDB é muito respeitada a decisão regional. Então, foi decisão de Ibaneis Rocha compor a aliança de centro-direita que o levou à reeleição em 2022 e o aproximou do ex-presidente Jair Bolsonaro naquela eleição. “Quer criar um quadro diferente agora não vai dar certo”, considera o emedebista ouvido pelo Correio da Manhã. “Partir às pressas para uma candidatura própria vai fazer o partido perder votos”, avalia.

Prioridade é proporcional

Na avaliação desse emedebista, se o partido optar por uma candidatura própria sem planejamento, poderá vir a perder votos que afetarão seu desempenho nas eleições proporcionais. “Menos votos é um deputado distrital a menos, é ficar, talvez, sem deputado federal”, alerta. “Eu sempre fui a favor de candidaturas próprias, mas isso não foi construído assim”.

POR RUDOLFO LAGO

Plano

“O plano de Ibaneis era eleger Celina, se eleger senador e, quem sabe, voltar ao governo depois”, diz o emedebista. “Agora, vemos projetos pessoais querendo prevalecer sobre os interesses do partido”, critica. Ele não é contra a candidatura de Ibaneis ao Senado. Mas não pode ser ela a definir toda a estratégia.

Direção

Não é possível saber se a decisão do MDB a essa altura irá na direção defendida por esse emedebista. Na verdade, ao compor a aliança com Celina foi Ibaneis quem determinou que o presidente do partido no DF fosse Wellington Moraes. Naquele momento, Ibaneis não tinha muita relação com Rafael Prudente.

Briga

A aproximação com Rafael Prudente deu-se na mesma medida em que cresceu a briga de Ibaneis Rocha com Celina Leão. Antes mesmo dele deixar o governo, a ideia de ter Prudente como candidato a governador começou a ser testada. Especialmente depois que o PL indicou que não daria espaço a Ibaneis.

Chapa

Quando o PL indicou que faria uma chapa pura tendo como candidatas Michelle Bolsonaro e a deputada Bia Kicis, Ibaneis reagiu fortemente. Nesse momento, começou a cogitar Rafael Prudente. Quando em maio Ibaneis anunciou rompimento com Celina, ao seu lado estava o presidente nacional do partido, Baleia Rossi.

Recuo

Alguns dias depois, porém, Ibaneis recuou e voltou a falar de diálogo com Celina Leão. O emedebista ouvido pelo Correio Político não vê a essa altura outro caminho prudente senão seguir unido a Celina Leão. Mas será a Executiva Nacional, a partir do relatório da comissão presidida por Isnaldo Bulhões.

Imprevisível

“O que vai acontecer até outubro a essa altura é imprevisível”, considera o político. “Há espaço para diversas candidaturas de centro-direita?”, questiona. “É possível garantir se José Roberto Arruda [PSD] irá até o fim?, continua. “Que o senador Izalci Lucas [PL] será candidato ao governo?”. “Calma ou todos perdem”.

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



CCJ deve analisar hoje relatório de Coronel Assis

CCJ volta a analisar maioria penal

Texto prevê que mudança de responsabilidade para 16 anos

Por Beatriz Matos

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados vai analisar nesta terça-feira (9) a admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos. A discussão ocorre após o adiamento da votação em maio.

A proposta em discussão tem origem na PEC 32/2015, apresentada pelo ex-deputado Gonzaga Patriota (PSB-PE). O texto original previa não apenas a redução da maioria penal, mas também da maioria civil, permitindo que jovens de 16 anos exercessem plenamente atos da vida adulta, como celebrar contratos, obter Carteira Nacional de Habilitação (CNH), casar e disputar determinados cargos eletivos.

No entanto, o parecer apresentado pelo relator da matéria na CCJ, deputado Coronel Assis (PL-MT), restringe o alcance da proposta à esfera criminal. De acordo com o relator, a mudança busca evitar questionamentos jurídicos e concentra a discussão apenas na responsabilização penal de adolescentes a partir dos 16 anos.

A discussão ocorre em um cenário em que crimes graves praticados por adolescentes frequentemente reacendem o debate sobre a legislação atual. Entre os casos de maior repercussão neste

ano está o estupro coletivo ocorrido em Copacabana, no Rio de Janeiro, que teve entre os investigados um adolescente de 17 anos, ex-namorado da vítima.

Segundo as investigações, a vítima, também de 17 anos, teria sido submetida à violência sexual pelo ex, menor, e por outros adultos. Enquanto os adultos respondem criminalmente pelo crime, o adolescente responde por ato infracional análogo ao estupro.

Dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) mostram que os processos por ato infracional análogo a estupro de vulnerável cresceram 25,3% nos últimos cinco anos. Em 2021, foram registrados 3.644 novos processos. Em 2025, o número chegou a 4.568. Apenas no primeiro trimestre de 2026, já haviam sido contabilizados 1.196 novos casos, uma média de 13 por dia.

Apesar da comoção provocada por crimes graves, especialistas questionam se a mudança teria impacto real na redução da violência.

Para Tédney Moreira, professor de Direito Penal do Ibmec Brasília, não existem evidências que demonstrem que a medida seja capaz de diminuir os índices de criminalidade. “Não há evidências consistentes de que a redução da maioria penal reduza a criminalidade. A proposta reaparece ciclicamente em momentos de comoção social e insegurança, mas tem forte apelo”.